

A TRAJETÓRIA DA CANA NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE

Eliana Aparecida Stetter*

Introdução

Este artigo é parte reflexiva de minha dissertação de mestrado (Stetter,2000) entregue ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, e fruto de minha experiência como membro do grupo de pesquisa (NUPEDOR/FCL/UNESP) que acompanha o movimento de reforma agrária desde a implantação de dois núcleos de assentamentos rurais na região de Araraquara: a fazenda Monte Alegre (1985) composta por 6 núcleos e 382 famílias, localizada entre os municípios de Motuca, Araraquara e o distrito de Bueno de Andrade e cuja administração está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Motuca e 1 núcleo sob a responsabilidade da Prefeitura de Araraquara. E o Assentamento da Fazenda Bela Vista do Chibarro (1989) com 176 famílias, 45 km próximo de Araraquara administrado pela Prefeitura de Araraquara.

Acompanhei o desenvolvimento dos assentamentos rurais especificamente no assentamento da Fazenda Monte Alegre e optei em recortar do seu contexto geral um momento particular em que se buscou através de uma proposta de consórcio entre Usina Açucareira Santa Luiza Ltda e trabalhadores assentados, a tentativa de inserção do complexo canavieiro no interior desses projetos de reforma agrária.

A intenção de estudar o consórcio e seus desdobramentos se deve ao fato de ser esta parceria uma expressão concreta das ambigüidades constitutivas dos assentamentos. Por um lado, por negar a viabilidade do assentamento em termos econômicos e de auto-suficiência enquanto forma de produção e, por outro, reafirmar hipoteticamente sua viabilidade, a partir de um novo elemento, o cultivo da cana-de-açúcar nas terras dos assentamentos, apontado como garantia de integração no mercado capitalista.

1992-1995: O primeiro momento do consórcio de cana-de-açúcar

No ano de 1992, o Prefeito do Município de Motuca, Rui Pinotti, lança na grande imprensa e na local, o discurso de que iria levar à redenção, o

*Mestre em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/Unesp/Araraquara

assentamento da Fazenda Monte Alegre – denominado por ele de favela rural – através de um consórcio entre assentados e a Usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio de cana-de-açúcar.

A proposta de estreitar relações com a usina alcooleira não era tão ruim aos olhos de muitas famílias assentadas. Mas, o fato de o Prefeito ter atribuído aos trabalhadores assentados a categoria de favelados, acabou por revelar um olhar crítico e preconceituoso em relação ao qual apareceram dúvidas quanto à posição dos técnicos do DAF (Departamento de Assentamentos Fundiários) responsáveis pela gestão dos projetos de assentamentos de Araraquara.

Anos depois, o assentamento Monte Alegre volta a ser palco das discussões sobre o consórcio da cana-de-açúcar envolvendo os técnicos do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). Questionou-se a postura política do Prefeito de Motuca pelo fato de entrar no cenário dos assentamentos, não como Prefeito, mas como principal interlocutor da Usina Açucareira Santa Luiza Ltda. Seria ele um político aliado dos trabalhadores rurais assentados ou apenas mais um dos inúmeros candidatos da disputa eleitoral municipal que despontava no ano de 1996 na região?

No trabalho de campo realizado, percebemos que existia – em princípio – a adesão em torno de 70% das famílias interessadas em efetuar tal parceria com a usina. A grande maioria acreditava estar a solução dos seus problemas no consórcio proposto para o plantio de cana-de-açúcar. Para os outros 30 %, assim como para o sindicato dos trabalhadores rurais e os técnicos agrônomos do DAF, outras alternativas deveriam ser buscadas para a resolução dos problemas econômicos existentes para as famílias assentadas. O risco dos assentados perderem suas terras para a usina caso firmassem tal parceria, era um dos pontos discutidos entre os mediadores. Afinal, no modelo proposto de arrendamento, não se falava em benefícios diretos ou remuneração ao trabalhador, mas em formas de assistencialismo.

As cláusulas de tal consórcio baseavam-se no plantio de cana-de-açúcar, em forma de arrendamento de 50% dos 16 ha de cada lote, por um período mínimo de 5 anos de concessão à Usina Santa Luiza Ltda. Este projeto envolvia, de um lado: o governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Cidadania, DAF e de outro, a Prefeitura Municipal de Motuca e a Usina Açucareira Santa Luiza Ltda.

A proposta de arrendamento vinha sendo discutida entre os assentados há mais ou menos um ano e meio. Quando do início da proposta, o consórcio contemplava a área total dos lotes, ou seja, a proposta apresentava a ocupação dos lotes comerciais em sua quase totalidade pela cana. Tal proposta, esbarrada pelo SER - Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, DAF - Departamento de Assentamentos Fundiários e pelo próprio Estatuto do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), acrescentava a

perspectiva de vínculo empregatício do chefe da família mediante 1 salário mínimo ao mês e a partir daí, uma série de benefícios sociais diretos, a saber, assistência médica e odontológica à família, reembolso de 50% das despesas farmacêuticas e fornecimento de ½ litro de leite de soja para cada família. Também contemplava benefícios indiretos, ou seja, manutenção das estradas de acesso aos assentamentos, controle e recuperação da erosão do solo através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça. Questões que vão ser objeto de reivindicações dos assentados junto ao poder local.

Esta foi a primeira versão do consórcio apresentada em meados de 93 aos assentados. Suscitou muita polêmica, causando preocupações às entidades que atuam diretamente no interior do assentamento. O documento oficial que definia as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, em face de tal convênio com a Usina. Dentre várias posições, aventava-se a possibilidade da Usina tentar ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos ou a possibilidade dos assentados perderem suas terras em curto prazo face à aceitação de tal arrendamento. Nada era referido sobre o pagamento do arrendamento pela usina, pelo contrário, os termos do consórcio tratam como forma de assalariamento, direto e indireto.

Passado um ano, o projeto de plantio de cana-de-açúcar tramitava entre os órgãos Estaduais e Federais do governo, mas com empecilhos para sua implantação, devido à pressões e controvérsias subjacentes à operacionalização da proposta. Durante o final de 94 e início do ano de 95, acompanhamos os desdobramentos de um projeto que parecia ter sido engavetado.

O Segundo Momento(1995): o consórcio de cana-de-açúcar reaparece no cenário

Em meados de 95, a Usina reaparece com uma proposta de consórcio modificada, propondo 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, retirando todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior. Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do Departamento de Assentamentos Fundiários, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos caso a parceria se efetivasse.

A intervenção do Sindicato dos trabalhadores rurais e do DAF apoiado em várias discussões com os assentados, se deu em um momento em que houve uma maior aceitação dos assentados pela parceria com a usina Santa Luiza . A intervenção dos órgãos estatais se baseou na tentativa de buscar soluções no sentido de evitar o controle da iniciativa privada sobre os assentamentos.

O Terceiro Momento (2000-2004): mudanças apenas no cenário político: a cana continua

Em 2000, uma outra usina da região, a Zanin, reaparece no cenário do

assentamento Bela Vista do Chibarro e através de negociações com algumas das famílias assentadas inicia o processo de plantio de cana em seu interior. Fato que, provocou protestos das famílias contrárias ao plantio, a intervenção do INCRA, que posteriormente, culminou no afastamento de alguns assentados, motivado pela irregularidade apontada em seu estatuto.

Em relação à Fazenda Monte Alegre, em 2001, o Prefeito Emilio Fortes (PMDB) eleito pela comunidade de Motuca, aparece na imprensa de Araraquara (Jornal Tribuna Imprensa, 2001, p.7) declarando que a Economia Rural é a grande aposta do Município de Motuca . Uma das metas de seu projeto político é o de estabelecer a parceria entre a Usina Açucareira Santa Luiza com o assentamento sob sua responsabilidade administrativa.

Retrata o assentamento Monte Alegre como um “problema” a ser resolvido urgentemente na sua gestão identificando-se assim com o discurso e a agenda do prefeito anterior, Rui Pinotti.

Em sua avaliação, as famílias assentadas não têm renda e dinheiro suficiente para sobreviverem, gerando um aumento na demanda por serviços públicos municipais. A alternativa é a parceria entre a Usina e os assentados.

Diz ele que, “Alguns plantam milho, pequenas culturas de manga, há quem plante limão. Mas é preciso observar os grandes supermercados vendem limão por R\$0,09 o quilo. Eles não tem como sobreviver e a Prefeitura acaba gastando muito para mantê-los, justamente porque eles não tem uma renda”.

“(...) Estamos no meio de uma região onde predominam cana e laranja, por isso desenvolvemos um programa através do qual a Prefeitura faz um investimento para que eles comecem um plantio de cana, a qual será vendida futuramente e criará uma reserva financeira”.

Neste projeto, a Prefeitura e a Usina Santa Luiza Ltda estabeleceriam a parceria com os assentados, sendo a Prefeitura de Motuca responsável pela assessoria e patrulha agrícola, a Usina pelo fornecimento das mudas de cana e os assentados pela liberação da metade dos seis alqueires (145 mil metros quadrados) para o cultivo de cana.

Projeto inusitado, pois, em uma de suas cláusulas re/aparece condições contratuais estranhas aos modelos convencionais de consórcios ou arrendamentos.

“A Usina Santa Luiza participaria do programa concedendo mudas de cana-de-açúcar ao assentamento. Em troca ela receberia, gratuitamente, certa quantidade de cana após a

colheita, comprando o restante dos pequenos produtores”. (...) No total seriam produzidas em torno de 120 mil toneladas de cana. Dentro dos cálculos, cada família teria cerca de R\$ 700,00 de renda por mês”.

Há no discurso oficial a negação “histórica” de viabilização dos assentamentos. Nas entrelinhas, re/aparece os atributos preconceituosos dirigidos às famílias assentadas. O poder público nega que os assentamentos geram rendas para o município, que possuem capacidade de produção para suprir os mercados locais além de serem uma parcela bastante representativa em períodos eleitorais.

Assim, passados 12 anos desde a primeira proposta de consórcio entre assentados e usina para o cultivo da cana na Fazenda Monte Alegre, o poder local volta ao cenário político propondo a mesma sentença: integrar os assentamentos à agroindústria canavieira como forma de resolução dos “problemas” desses trabalhadores.

Nos perguntamos porque tais recorrências? Segundo Tavares, o processo de ocupação de terras produz sérios paradoxos para o espaço social.

(...) um dos paradoxos da colonização de novas terras consiste na produção de um espaço social controlado, no qual também os homens estão sob controle, em meio a novas terras que poderiam supor horizontes sociais largos (Santos:1991, p.75).

No contexto dos assentamentos, o seu controle pelas usinas de açúcar com o consentimento do poder local aparece fortemente vinculado nestas propostas de parcerias demonstrando as faces perversas de tais domínios.

Precisamos, então, olhar de modo cauteloso a complexidade e o caráter antagônico das relações sociais que compõem os assentamentos para não atribuímos à sua história uma dimensão estritamente econômica. Do mesmo modo os assentamentos não podem ser pensados independentemente das trajetórias dos seus sujeitos, levando-nos a afirmar ser equivocado limitarmos-nos a uma visão fragmentada das particularidades das lutas e histórias destes homens e mulheres.

O problema é que as singularidades exigem novos olhares no sentido de ser impossível ignorar a diversidade constitutiva dos assentamentos, nos quais auto-consumo, diversificação de atividades produtivas e até mesmo o assalariamento fora de membros da família como forma de aumentar a renda contam efetivamente. Nos assentamentos, não há como separar a produção do auto-consumo.

Como salienta Ferrante (1998, p.12),

Renda, auto-consumo, venda da força de trabalho não são elementos excludentes, nem se põem a par da região. Faz-se no entanto, indispensável incorporar, na utilização de indicadores, a dimensão tempo. Assim como índices de renda, níveis de consumo, padrões de vida devem ser confrontados no tempo, de modo a não absolutizá-los, há que se ter bem claro que é impossível acompanhar assentamentos sem incorporar o movimento de estratégias da reprodução familiar.

Na realidade, os assentamentos, tem sido considerados como um espaço alternativo contra o desemprego, o aluguel, a miséria, como uma forma de serem supridas necessidades de reprodução social.

Na Atualidade: O Projeto Cana 2002

Mesmo diante das resistências das famílias assentadas da Fazenda Monte Alegre, a ausência de políticas públicas pelo poder local proporcionou a entrada da Usina Santa Luiza Ltda e a concretização da parceria com os assentados para o plantio da cana em seus lotes de produção.

A Prefeitura juntamente com a Casa da Agricultura de Motuca, organizaram o Projeto Cana 2002, modelo único no Estado de São Paulo.

Segundo, o jornal A Tribuna Imprensa: 2004, p.9, o projeto cana 2002 conseguiu a adesão contratual de 80 famílias para o plantio de cana sendo que 37 fizeram contrato em 2002 cuja colheita e o primeiro pagamento estão previstos para maio de 2004.

As cláusulas do contrato aponta a continuidade da relação clientelista e abusiva por parte da usina nesta parceria:

“O produtor que ajudar no plantio da cana de seu vizinho ou outro assentado qualquer terá pontos anotados pelo supervisor da Usina, que acompanha todo o processo de plantio. Esses pontos, no final, serão somados e convertidos em tonelada/cana, reduzindo a dívida do assentado com a agroindústria nos três primeiros anos do plantio da cana-de-açúcar. A Usina Santa Luzia realizou um investimento de R\$ 2 milhões no preparo do solo, com insumos e mudas, esse valor será pago nesses três primeiros anos”.

Segundo cálculos, “117 famílias utilizam uma área de 695 hectares para plantar a cana-de-açúcar, ou seja, uma média de 52 mil toneladas/cana e uma renda bruta de R\$ 2 milhões de reais. Cada família envolvida no projeto deverá receber, mais ou menos, R\$ 17 mil reais brutos na primeira colheita de cana”.

Assim, as faltas de apoio agrícola entre as esferas de poder – municipal, estadual e federal – impelem os assentados a se renderem a propostas de rentabilidades questionáveis.

Entretanto, não defendemos a submissão dos trabalhadores a tais parcerias, como se estes fossem sujeitos passivos no processo. A existência de uma divisão entre o querer e o não querer de parte das famílias assentadas, a preservação de metade dos lotes para a liberdade de produção, a produção diversificada comercializadas nas feiras das cidades, vêm demonstrar a existência de fortes traços de resistência e de confiança na estabilidade na terra.

Fato que acena para um movimento novo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre: como será a estruturação das famílias após esta parceria? Vão “sair do vermelho”?; vão deixar a condição de ser um “problema” para o município?; ficarão “dotados” financeiramente?; vão deixar de dar “despesas” para o município? Antigas desqualificações ainda presentes nos discursos do poder local que podem aventar ou não novos rumos para os assentamentos.

Conclusão

Ao estudar o consórcio entre a usina Santa Luiza Ltda e os assentados da Fazenda Monte Alegre, para o plantio de cana em seus lotes de produção, pude entender que, a tendência arbitrária e a expressão do querer dos usineiros contidos nesta proposta de parceria com os trabalhadores rurais vêm nos alertar que mesmo sem apresentar termos de produtividade/rentabilidade, parâmetros comparativos com o ciclo produtivo dos complexos, os assentamentos são pontos de inflexão para o poder local.

Ao estabelecer a figura do bom patrão junto aos assentados, a usina tentou estabelecer uma inexistente relação de igualdade, reveladora do uso de um mecanismo ideológico de inversão, baseado em um suposto interesse comum, que na verdade, vem demonstrar o inevitável interesse de controle e domínio político-econômico sobre os assentados e as terras da Fazenda Monte Alegre.

A perspectiva de auto-suficiência familiar (em meados de 1992), levou a primeira proposta de consórcio da cana a ser engavetado pelo poder local de Motuca. Os assentados, naquele momento optaram por outras estratégias produtivas: a fruticultura desenvolvida na formação de pomares de diferenciadas frutas tropicais, tais como, mangas, tangerinas, amoras, etc..., a plantação de diferentes grãos, a sericicultura, a horticultura entre outros.

As possibilidades de diversificação pelos assentados – no primeiro momento - fortaleceram a recusa ao primeiro projeto de intervenção proposto pelo Prefeito Rui Pinotti, de plantio da cana, projeto este contrário a prática da agricultura familiar.

Atualmente, o fato de parte das famílias aderirem ao novo modelo de contrato com a agroindústria vem fortalecer a urgência da necessidade de

construção pelo poder local, de um espaço público de tomada de decisões democráticas que respondam às reais necessidades desta comunidade: acesso aos direitos mínimos de moradia, saneamento básico, a créditos bancários mais acessíveis, enfim, a programas que viabilizem o desenvolvimento sustentável do grupo.

Ao contrário do que temos visto, as brechas abertas pelo poder local nos assentamentos rurais, tem permitido a entrada de grupos economicamente dominantes na região que tendem a pensar o sucesso desses projetos exclusivamente em termos materiais desconsiderando as diversidades sócio-culturais dos moradores destas áreas.

Tais fatores políticos aliados às peculiaridades da região em que tais assentamentos rurais se inserem, são questões que devem ser considerados. Segundo Ferrante e Barone (2003, p.162),

Em comparação com inúmeros outros projetos , tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizadas pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros, além da presença intensa da avicultura. A maior parte das terras agriculturáveis da região está cultivada com cana- e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Apesar de tal estrutura regional, a política de reforma agrária que defendemos, não deve ser a expressão de relações de poder ou ser conduzida como forma de especulação e valorização de novas fronteiras agrícolas. Os representantes do poder local precisam acautelar-se das estratégias que prevêm a unidade – monocultura – preservando a diversidade produtiva tão reconhecidamente possível no interior dos assentamentos rurais.

Referências bibliográficas:

BAÚ, C.H.R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP):** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, abril de 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Agricultura Regional:** contrapontos e ambigüidades. XIV Congresso Mundial de Sociologia, Montreal, Canadá, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B e BARONE, L.A. Assentamentos Rurais e Poder Local: os rumos da descentralização da Reforma Agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. (Orgs). Dinâmicas Familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA, São Paulo: INCRA, 2003.

JORNAL TRIBUNA IMPRESSA, Economia Rural é Aposta de Motuca. Araraquara, Caderno: Região, 24 jan. 2001.

_____ Famílias Assentadas Iniciam Plantio de Cana. Araraquara, Caderno: Região, 06 mar. 2004.

STETTER, E.A. A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada? (um estudo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro). (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, maio de 2000.

SANTOS, J.V.T. As Novas Terras como Forma de Dominação. In: Revista Lua Nova, Revista de Cultura e Política, CEDEC, São Paulo, No.23, Março/1991.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói – RJ: EDUFF, 1997.